

Normas Editoriais para Envio de Artigos	7
--	----------

Assunto Especial

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS – POSIÇONAMENTO DO STF

DOCTRINAS

1. O ICMS na Base de Cálculo do PIS/Cofins
Hugo de Brito Machado..... 9
2. ICMS na Base de Cálculo do PIS-Cofins: Perspectivas Frente ao Recurso
Extraordinário nº 574.706/PR
Hugo Barroso Uelze..... 16
3. A “Inconstitucionalidade” da Inclusão do ICMS na Base de Cálculo
das Contribuições PIS-Cofins: Análise dos Efeitos e dos Fundamentos
Jurídico-Econômico-Contábeis Que Embasam a Decisão do STF no
RE 574.706
Roberto Biava Júnior 56

ENTREVISTA

1. Inconstitucionalidade do ICMS na Base de Cálculo do PIS e Cofins
Cristiano Agrella Basaglia..... 72

SÍNTESE ESCLARECE

1. Inconstitucionalidade do ICMS na Base de Cálculo do PIS e Cofins 75

JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário..... 78

Parte Geral

DOCTRINAS

1. As Tutelas Provisórias de Urgência e Evidência no Processo Tributário:
Permissões e Vedações Legais
Sheyla Yvette Cavalcanti Ribeiro Coutinho 85
2. Conflitos de Competência Tributária: Esclarecimentos sobre IPI e
ISSQN
Pedro Vítor Melo Costa e Heleno Aparecido Facco Junior 108
3. Função do Estado de Arrecadar Tributo e Seus Efeitos
Isabel Delfino Silva Massaia..... 119

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça.....	125
2. Superior Tribunal de Justiça.....	128
3. Superior Tribunal de Justiça.....	132
4. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	139
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	151
6. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	155
7. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	159
8. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	164

EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário de Jurisprudência.....	168
2. Ementário de Jurisprudência Administrativa	208

Seção Especial

DIREITO TRIBUTÁRIO EM DISCUSSÃO

1. Curso Teses e Novas Controvérsias no Direito Tributário Aula proferida em 5 de abril de 2017 Tema: Aspectos Práticos em Matéria de Imunidades: Remuneração de Diretores, Questões Contratuais e Compra e Venda de Bens	213
--	-----

PARECER

1. Imunidades Tributárias Previstas nos Artigos 150, Inciso VI, Letra C, e 195, § 7º, da CF São Cláusulas Pétreas por Força do Artigo 60, § 4º, Inciso IV, da Lei Suprema. O Projeto de Emenda Constitucional nº 287/2016 Não Objetiva Alterar o Princípio Constitucional e Se Alguma Emenda Intentar Atingi-lo Seria Inconstitucional Ives Gandra da Silva Martins.....	227
---	-----

Clipping Jurídico.....	244
-------------------------------	------------

Resenha Legislativa.....	259
---------------------------------	------------

Índice Alfabético e Remissivo	261
--	------------